



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 3 - 2009/2013

Data da Sessão : 29 de Dezembro de 2009

Início da sessão: 10:00 horas

Términus da Sessão: 13:30 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

Preciosa da Silva Marques, Helder Jacinto de Oliveira, Manuel Marques Dias, João de Matos Filipe, Duarte Baptista de Matos Marques, Ana Maria F. de Matos, José Casimiro Pereira, César Manuel Guerra Sequeira Estrela, Manuel Augusto da Silva Vacas, Manuel de Jesus Serras, João Matias Rito, Vitor Manuel Gonçalves, Ana Rita Marques Pereira, Maria Manuela M. Mata Marques, Abílio Farinha Tavares, Célia Maria Mendes Rodrigues, Joaquim Rita António, Paulo Alexandre Tavares da Silva, Nuno Gonçalo da Silva Bragança, João Luís Matos Pereira, Jaime Filipe Nunes Conde, João Manuel Rosa Ferreira, Valter Filipe Serras Marques

Faltas Justificadas: Pedro Manuel Marques Jana e Fernanda Maria Pedro Lourenço

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe Soares

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

**Acta N.º 3 - 2009/2013
29 de Dezembro de 2009**

-----INICIO-----

---- Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, pelas dez horas, reuniu, em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal do Concelho de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº 5 A/2002 de 11 de Janeiro.**
- 2 Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal.**
- 3 Discussão e votação das Opções do Plano, Orçamento para o ano de 2010 e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal de Mação.**
- 4 Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2010.**
- 5 Designação de 4 pessoas de entre os cidadãos eleitores de preferência com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, para integrar a Comissão Alargada da CPCJ Mação, conforme alínea I), artigo 17º, da Lei nº 147/99 de 1 de Setembro.**

--- Nesta sessão faltou o vogal Pedro Manuel Marques Jana que justificou a sua falta em devido tempo tendo o mesmo sido substituído pelo vogal José Casimiro Pereira. Faltou ainda a vogal Fernanda Maria Gonçalves Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Aboboreira que se fez representar pela vogal Célia Maria Mendes Rodrigues. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- A Srª Presidente da Mesa iniciou esta sessão informando os presentes do envio por email dos documentos da mesma, referindo que se tinha procedido dessa forma para garantir que os mesmos chegavam atempadamente aos membros desta Assembleia, uma vez que a distribuição do correio no mês de Dezembro nem sempre é feito no tempo devido. Mais informou que o secretariado desta Assembleia poderá continuar a enviar os documentos desta forma, desde que os membros da mesma assim o desejem e o digam expressamente, continuando o envio por via postal para todos os que o

preferam. Considera que o envio por email poderá ser útil e facilitar a recepção dos documentos e deixa a questão à consideração dos presentes.

--- A vogal Ana Maria Matos e o vogal Duarte Marques deixaram expresso que gostariam de receber a documentação desta forma. Os restantes membros consideraram que esta será também uma boa forma de envio dos documentos, ficando deliberado que quem quiser receber a documentação somente desta forma deverá informar o secretariado da Assembleia Municipal conforme fizeram os vogais mencionados.

--- Seguidamente a Sr^a. Presidente da Mesa continuou os trabalhos lendo, aos presentes a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- Em seguida, colocou à discussão a acta referente à sessão extraordinária de 20 de Novembro de 2009 que, seguidamente foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com três abstenções.

--- O vogal Abílio Farinha Tavares iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Apresentou os parabéns ao executivo municipal pela obra de reparação dos arruamentos de Roda, que estava prometida há cerca de 25 anos e foi executada recentemente. Relativamente a esta obra, solicita informação sobre se a mesma foi uma decisão de carácter económico, tendo sido cabimentada a despesa para este ano em Orçamento ou se a mesma teve um cariz meramente político, dada a altura em que foi realizada.

--- O Sr. Presidente da Câmara informou que a referida obra de reparação dos arruamentos da povoação de Roda estava realmente projectada há muito tempo e foi executada de acordo com as prioridades temporais, orçamentais e estratégicas do executivo municipal.

--- O vogal Abílio Farinha Tavares solicita informação sobre se a Câmara irá celebrar protocolos com as Juntas de Freguesia, nomeadamente para realização de trabalhos necessários nas freguesias que são da competência da Câmara.

O Sr. Vereador Vasco Estrela inicia a sua intervenção cumprimentando os presentes, desejando antecipadamente a todos um bom ano de 2010 e que consigam ter um mandato pacífico em prol do Concelho de Mação. Relativamente aos protocolos com as Juntas de Freguesia, informou que os mesmos não estão previstos formalmente mas este não é um assunto fechado mas está prevista uma reunião com os Srs Presidentes de Junta para se encontrarem soluções, em conjunto, para se resolverem uma série de

problemas que poderão passar pela celebração de protocolos ou outras formas que se considerem boas para a solução dos problemas.

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

---Já no período da Ordem do Dia, a Sr^a Presidente da Mesa da Ordem de Trabalhos: **1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº 5 A/2002 de 11 de Janeiro.**

Seguidamente a Sr^a. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal.**

--- O vogal João Filipe refere que o presente Regimento da Assembleia Municipal, no essencial, corresponde às exigências da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº 5 A/2002 de 11 de Janeiro e ao modelo recomendado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses pelo que a bancada do Partido Socialista considera que o mesmo deve ser aprovado.

--- O vogal Manuel Dias refere que a bancada do Partido Social Democrata também considera que presente Regimento deve ser aprovado.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

--- A Sr^a Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **3) Discussão e votação das Opções do Plano, Orçamento para o ano de 2010 e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal de Mação.**

--- O vogal Manuel Dias inicia a sua intervenção referindo que após análise dos documentos, e considerando a situação de pré bancarrota em que o País se encontra, o Orçamento apresentado pela Câmara revela que há prudência na sua execução e isso é importante nesta situação. Relativamente ao referido Orçamento realça que pensa ser a primeira vez que a diferença entre as despesas de capital (32%) e as despesas correntes (38%) é somente de 5%, que demonstra que há uma aposta no investimento em detrimento da despesa. Relativamente às despesas com pessoal, refere que as mesmas têm vindo a descer e prevê-se que as mesmas se mantêm, num valor de 47% do valor das despesas correntes, o que, não sendo brilhante, é de ressalvar pois não atinge o valor permitido em termos legislativos. Considera também importante ressalvar o valor das receitas próprias da Câmara que, há vinte anos atrás eram insignificantes e hoje representam 24% das receitas correntes, o que é significativo e demonstra que a

Câmara deve ser gerida como uma empresa e deve ter receitas próprias para não depender exclusivamente das receitas estatais. Refere ainda que, considerando a situação de crise económica do País, considera favorável a Câmara não aumentar o passivo, considerando que a Câmara continue a pagar aos fornecedores a 60 dias, se a situação se mantiver relativamente ao ano passado. Termina a sua intervenção referindo que gostaria que o valor de um milhão e vinte e dois mil euros referidos no documento cofinanciados com projectos da União Europeia fosse ainda maior pois seria importante para todos, apesar do grau de execução do QREN ser de tal forma baixo que, possivelmente, não valerá a pena a Câmara candidatar-se a muitos projectos pois não haverá participação do QREN.

--- O vogal Abílio Farinha Tavares intervém para referir que, após análise global do documento ficou com uma profunda sensação de frustração e até revolta face à falta de legalidade democrática do documento, referindo que há questões relativas, nomeadamente, à Lei das Finanças Locais, à Lei das Contabilidades e à Lei relativa ao Pocal, que não foram cumpridas. Relativamente às Opções do Plano, verifica que há uma descrição de planos e projectos em diversas áreas mas não verifica nenhum projecto em especial. Mais refere que o Orçamento é apresentado como um Orçamento rigoroso mas na sua opinião este Orçamento é virtual que vai ser desvirtuado pelas sucessivas alterações orçamentais e é desequilibrado pois as despesas correntes representam quase dois terços das despesas totais orçamentadas. Chama a atenção para as despesas com pessoal que, na sua opinião, revelam descontrole. Relativamente às despesas de capital, refere que apresentam questões de falta de rigor, pois nas verbas atribuídas a obras a realizar na área dos arruamentos e rede viária, não há discriminação nenhuma sobre os arruamentos onde serão efectuadas intervenções e deveria haver. Refere ainda que as rubricas Outros apresentam, em despesas correntes um valor extremamente elevado, representando 24% dessas despesas, que não se sabe o que são e que, na sua opinião, provam a falta de rigor do documento e, uma vez que o dever desta Assembleia é fiscalizar, solicita informação sobre este valor desta rubrica Outros. Refere que as regras orçamentais não foram cumpridas pois a Lei do POCAL prevê que as rubricas Outros devem ser de natureza residual e não é isso que se verifica neste documento. Considera que este Orçamento é o documento menos transparente que já lhe foi dado a analisar e solicita informação sobre esta falta de transparência, questionando se será devido à necessidade de inflacionar o Orçamento no que diz respeito à parte das receitas para poder ter a contrapartida nas despesas e ser possível

realizar despesas com cabimento. Questiona ainda o executivo sobre se as despesas, nomeadamente a verba de mais de um milhão de euros, se refere a obra já feita, isto é, para haver cabimento para pagamento de obras já realizadas ou quais são as obras a realizar pois não conseguiu encontrar descrita nenhuma obra que justifique este valor.

Termina a sua intervenção solicitando várias explicações ao executivo sobre várias rubricas Outros que considera não estarem descritas em nenhuma parte do documento.

--- O vogal João Rito refere que leu com atenção o Plano estratégico da Câmara para o ano de 2010 e apresenta os seus parabéns pelo que é projectado no mesmo, nomeadamente ao apoio à natalidade, que considera fundamental no nosso Concelho que apresenta um grave envelhecimento da população e um decréscimo da natalidade. Mais refere que o próprio Governo deveria dar apoio às empresas para que fosse possível a um dos pais ficarem os primeiros seis meses com o bebe pois isso é fundamental para os mesmos e seria muito benéfico para o crescimento da natalidade, o que é muito importante no nosso Concelho. Relativamente ao associativismo, refere que o apoio da Câmara é muito importante nesta área pois o nosso Concelho é caracteristicamente um concelho de minifúndio e sozinhos ninguém consegue fazer nada pelo que o associativismo é fundamental e o mesmo necessita do apoio da Câmara para ser uma realidade. Relativamente à Saúde, que considera o maior bem que as pessoas têm, refere que a possibilidade dos munícipes do Concelho de Mação terem obrigatoriamente de terem as suas consultas e exames médicos em Castelo Branco é um grave problema para a população do concelho de Mação, considerando mesmo que é “contra natura” dada a falta de acessibilidades para aquela cidade e tendo Mação três hospitais no Médio Tejo (Abrantes, Tomar e Torres Novas) com óptimas acessibilidades. Refere ainda que o apoio da Câmara a nível da Educação é também assinalável, nomeadamente no que diz respeito aos transportes escolares que permite a vinda de alunos de concelhos vizinhos para a Escola Secundária de Mação. Termina a sua intervenção referindo que será muito importante que Mação apresente candidaturas aos Fundos Comunitários para que possamos desenvolver projectos importantes para o nosso concelho.

--- O vogal César Marques inicia a sua intervenção cumprimentando os presentes e referindo que analisou os documentos e verificou que os mesmos apresentam um conjunto de intenções mas que, na sua opinião, não passam disso. Considera que estes documentos deveriam ser de leitura e compreensão acessíveis, onde, de forma clara e objectiva fossem conhecidas as prioridades da actividade municipal mas o mesmo não

se verifica. Refere que é claro no documento a intenção do executivo em pugnar pela definição administrativa do Concelho de Mação com a passagem para a NUT III do Médio Tejo e para isso o Município vai contar com o empenho do executivo, o que, atendendo a importância que tem para os munícipes deste Concelho, é justo, lícito e normal. No entanto, o Presidente da Câmara aceitou ser Presidente da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Sul. Mais refere que se encontram algumas verbas inscritas para a Educação mas nada se vê descrito na execução. Relativamente à Cultura, refere que as duas verbas maiores são para o Auditório Municipal e para o Monumento ao Padre António Pereira de Figueiredo e uma vez que o referido monumento já se encontra realizado, não compreende a que se destina esta verba. Relativamente à Acção Social, apesar das várias parcerias não consegue ver qualquer investimento. Relativamente ao Desenvolvimento Empresarial, refere que há algumas verbas inscritas mas que não conseguiu compreender onde serão efectivamente aplicadas, verificando a descrição de algumas intenções de apoio às empresas mas não refere como serão executadas. No que concerne às Águas e Saneamento, é referido no documento que será possível ver em 2010 os efeitos práticos da adesão de Mação ao Sistema Multimunicipal das Águas do Centro mas, na sua opinião, o que os munícipes vão ver na prática será principalmente ao nível do preço da água. Refere que, relativamente à Protecção Civil o que vem mencionado é a continuação do que já vem sendo feito e relativamente a Florestas e Agricultura é mencionado que serão apoiadas as ZIF's já constituídas e constituir outras no sentido de tornar exequível o ordenamento dos seus territórios mas não é atribuída qualquer verba para investimento nesta área.

Mais refere que, relativamente à Feira Mostra, que é considerado ser um cartaz do Concelho e sobre a qual se pretende tudo fazer para incentivar mais a participação dos agentes económicos e empresários mas para a qual não viu qualquer verba atribuída. Em relação ao Associativismo, que a Câmara refere ser-lhe muito cara, é atribuída uma verba mas que não é especificada e por isso impossível de se compreender onde vai ser aplicada. Relativamente à Requalificação Urbana, é realçada a requalificação do Calvário que se refere estar concluída mas para a qual, incompreensivelmente, é atribuída mais verba. No que diz respeito aos Centros Históricos refere que é mencionada a disponibilidade da Autarquia para enfrentar o problema em conjunto com os proprietários o que indica, pelo menos, algum empenho, o que considera positivo. Mais refere que a Rede Viária é onde foi inscrita maior verba para investimento mas não são especificadas as obras que serão realizadas.

Conclui a sua intervenção referindo que, após a análise do Orçamento e das observações apresentadas, este documento, como instrumento de gestão, se não ajudar, pelo menos atrapalha.

--- O vogal Duarte Marques inicia a sua intervenção cumprimentando os presentes e desejando a todos um bom ano de 2010. Refere que o objectivo desta Assembleia é discutir politicamente os documentos apresentados e não descrever os mesmos pois todos os receberam e analisaram antecipadamente. Relativamente à intervenção do vogal Abílio Farinha Tavares, refere que, na sua análise aumentou o valor das despesas correntes e das rubricas Outros, e relativamente à sua crítica sobre o Orçamento que considerou irreal e pouco transparente, com um déficite absurdo, com falta de rigor das contas, lhe pareceu antes uma crítica ao Orçamento de Estado e não ao Orçamento da Câmara de Mação pois considera que este Orçamento, apesar de tudo que se possa criticar, e tecnicamente considera que há algumas coisas que podem ser melhoradas e que a Câmara deve esclarecer a questão dos Outros, considerando, no entanto, que, numa Câmara será necessário haver margem para fazer face a coisas que não estão discriminadas mas que podem surgir, considerando ainda que um Orçamento não é um relatório de actividades mas sim um plano e por isso não tem que conter a descrição das obras. Mais refere que o importante será analisar a taxa de execução pois há muitas Câmaras no nosso País que apresentam taxas de execução na ordem dos 40% e nesta Câmara a taxa de execução não tem sido inferior a, pelo menos 60% o que poderá ser considerado pouco mas que, face à realidade que enfrentamos, acaba por ser muito bom. Refere que, na sua óptica, este Orçamento é transparente e realista pois aquilo que nele é proposto fazer, será executado. Relativamente à crítica de que o mesmo nada tem de novo, refere que, na sua opinião, o que se verifica é que existe uma continuidade do trabalho e muita coisa que foi bem feita vai continuar. Mais refere que muitas das obras e serviços da Câmara não podem ser quantificados em números, nomeadamente o Serviço de Acção Social ou o apoio vário às Escolas ou na Cultura, etc, considerando que o importante é que há um bom trabalho feito e uma grande continuidade de projectos. Refere ainda que, uma Câmara deve ser, no presente, uma prestadora de serviços pois hoje em dia há prioridades, nomeadamente ao nível social, ao nível da educação, e é nestas áreas que a Câmara de Mação se destaca. Termina a sua intervenção desejando que o executivo consiga concretizar tudo aquilo que vem descrito no Plano de Actividades e Orçamento para 2010.

--- O Sr. Vereador Vasco Estrela inicia a sua intervenção agradecendo as várias intervenções dos membros desta Assembleia relativamente aos documentos previsionais para 2010. Agradece as palavras dos vogais Manuel Dias e Duarte Marques, referindo que é reconfortante ouvir alguém dizer bem do trabalho efectuado sem fazer favor à Câmara. Relativamente à intervenção do vogal Abílio Farinha Tavares, considera que a mesma roçou várias vezes a calúnia e a difamação ao dizer claramente que o documento continha ilegalidades e convida o referido vogal a enviar o documento às entidades oficiais para que as referidas ilegalidades sejam apuradas. Relativamente à crítica sobre falta de estratégia e que o documento é opaco e que não se percebe onde é que a Câmara vai gastar o dinheiro, refere que estão mencionados vários projectos em PPI e que no mesmo está previsto gastar em Habitação e Urbanismo 49%, em Desenvolvimento Económico 14%, em Comunicação e Transportes 7,76%, em Cultura, Desporto e Tempos Livres 12,56%, etc e com estes dados consegue-se perceber qual é a estratégia. Mais informa que aquilo que a Câmara definiu e que vem plasmado no documento que analisaram é, de facto, a continuação de vários projectos que vinham detrás e que não estão discriminados e o início de outros projectos QREN, bem como toda uma estratégia que a Câmara tem seguido de aposta numa série de áreas que a Câmara considera fundamentais. Relativamente à questão da verba destinada a arruamentos informa que a mesma é para fazer obra e também para pagar obra pois, como todos sabem, tudo aquilo que está previsto em Orçamento contém também a dívida existente, como não poderia deixar de ser. Relativamente à rubrica Outros, informou que ao longo dos anos tem sido seguida esta estratégia que, em bom rigor não parte de uma estratégia política e seguidamente explicou detalhadamente a que se referiam os montantes constantes das rubricas Outros solicitadas pelo vogal Abílio Farinha Tavares. Relativamente à questão da Saúde, referida pelo vogal João Rito e vogal César Estrela, informou que a Câmara, ao ter escrito neste documento que iria tentar, de uma vez por todas, resolver a questão administrativa do Concelho de Mação, e assumindo claramente que o executivo entende que Mação deveria pertencer ao Médio Tejo, resulta de duas coisas:

- é um compromisso eleitoral, sempre defendido por este executivo
- é uma decisão unânime da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal do mandato anterior, pelo que considera que não estão a fazer nada mais do que cumprir aquilo que é obrigação do executivo.

Relativamente à obrigação dos munícipes de Mação de serem utentes do Hospital de Castelo Branco, informa que o Sr. Presidente da Câmara escreveu ao Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo no sentido de tentar encontrar com ele, uma solução ou pelo menos tentar prever algumas situações que possam vir a surgir e até ao momento a Câmara não tem conhecimento de nenhuma alteração que tenha surgido mas, de qualquer maneira, é bom estarmos em sintonia com o Centro Hospitalar do Médio Tejo.

Relativamente aos alunos que são transportados para a Escola Secundária de Mação, vindos dos Concelhos vizinhos, a Câmara paga o transporte dos mesmos somente no primeiro ano, por forma a não criar situações de injustiça para com os alunos do Concelho de Mação.

Relativamente às críticas do vogal César Estrela relativamente a que nada de novo aparece neste documento, refere que esse não é o entendimento do executivo, informando que o que vem descrito no referido documento reflecte as prioridades do executivo e o que o mesmo entende que deve ser a sua actuação para 2010. Informou também que foi referido não haver investimento destinado a Acção Social e Saúde, e que na realidade o mesmo não poderia ser feito pois o que for gasto em Acção Social tem de estar inscrito em despesas correntes pois as competências da Câmara nessa matéria a isso a obrigam, bem como na Saúde pois a Câmara não tem competências na área da Saúde e esta rubrica existe porque a Câmara assumiu compromissos com a ARS de Lisboa e Vale do Tejo relativamente às instalações do Centro de Saúde de Mação e Extensões de Saúde de Carvoeiro, Envendos e Cardigos em que a Câmara foi chamada a intervir no sentido de tentarmos encontrar soluções em termos de equipamentos e essas verbas não podem ser inscritas como investimento. Relativamente à requalificação do Calvário, informou que a obra está feita mas não está paga pois verificaram-se alguns problemas na execução da obra e o problema não está ainda resolvido pois o empreiteiro encontra-se em processo de falência. No que diz respeito ao apoio ao comércio, o apoio é prestado, neste momento através do FINICIA, que é o instrumento de que a Câmara dispõe para o efeito e está sempre disponível para, em conjunto tentar encontrar soluções. No que concerne os Centros Históricos, informa que a Câmara dispõe de um Regulamento do qual as pessoas poderão usufruir mas não podemos esquecer que os responsáveis pelos imóveis dos Centros Históricos são os seus proprietários e não as Juntas de Freguesia ou a Câmara e devem ser os proprietários os primeiros a zelar pelo seu património. Relativamente ao associativismo,

refere que considera importante conversar com as associações para perceber as suas necessidades, como é que poderá ser redefinido o Regulamento e como serão definidos os apoios pois estas situações necessitam de ser reavaliadas e é neste sentido que as coisas foram expostas neste documento. Refere ainda que, em relação às rubricas Outros, este Orçamento contém muito menos dessas rubricas e que chegaram do Tribunal de Contas, aprovadas, as Contas desta Câmara relativas a 2006. Termina a sua intervenção referindo que, em relação ao comentário sobre a presidência da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Sul, a mesma resultou de uma votação unânime e considera não haver nenhuma incoerência nessa posição pois foi tomada a posição unânime de aderir àquela Comunidade Intermunicipal para que o Concelho de Mação não perdesse os apoios comunitários e uma vez que lá estamos devemos tentar fazer as coisas bem feitas.

--- O vogal Hélder de Oliveira intervém para referir que, relativamente ao comentário do vogal Manuel Dias de que o País está à beira da bancarrota, considera que a situação não é tão “negra” como foi referido, considerando que efectivamente, existe uma crise que é mundial, da qual não se sabe ainda o futuro mas considera que foram dadas algumas respostas e que espera que o próximo ano seja melhor do que este. Relativamente ao documento apresentado, informa que na perspectiva da bancada do Partido Socialista o mesmo é interessante mas muito genérico e pouco preciso em relação ao futuro. Mais refere que não apresenta uma estratégia sistematizada e após as informações prestadas pelo Vereador Vasco Estrela ficou com a ideia de que o executivo poderia ter ido mais longe neste documento e não o fez. Refere ainda que o referido documento não é suficientemente claro, pois não é visível o que vai ser feito e muitas das despesas descritas referem-se a obras que já foram executadas e que não foi possível ver neste documento que obras é que vão ser efectivamente feitas em 2010. Refere que, em campanha eleitoral afirmou várias vezes que o Concelho de Mação melhorou muito relativamente ao passado e que muito trabalho foi feito, todavia, a ideia da bancada do PS é de que não existe, por parte do executivo uma perspectiva estratégica no sentido de efectivamente integrar o Concelho no desenvolvimento do País e da região e nesse sentido votam contra os Documentos Previsionais da Câmara Municipal de Mação para 2010.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação pela Sr^a Presidente da Mesa, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 11 votos contra. Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- A Srª Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2010.**

--- O vogal Hélder de Oliveira intervém para referir que a bancada do Partido Socialista nada tem objectar à aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2010. Mais refere que, no âmbito desta temática da contratação de pessoal, os membros eleitos do PS gostariam que, na admissão de pessoal, houvesse uma transparência grande pois ao verem quem é admitido não ficam inteiramente convictos de que as regras concursais sejam inteiramente seguidas.

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

--- A Srª Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Designação de 4 pessoas de entre os cidadãos eleitores de preferência com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, para integrar a Comissão Alargada da CPCJ Mação, conforme alínea I), artigo 17º, da Lei nº 147/99 de 1 de Setembro.**

A Srª Presidente da Mesa informa que este é um procedimento que é levado a efeito no início de todos os mandatos. Mais informa ter recebido a seguinte proposta por parte da bancada do PSD:

“ A bancada do PSD propõe a eleição das mesmas pessoas que já fazem parte do referido órgão, que são:

- Mara Serra
- Carla Pépio
- Margarida Castanho
- Marco Parente”

A bancada do PS apresentou uma proposta com os seguintes nomes:

- Abílio de Matos Diogo
- Célia Mendes Rodrigues
- António Manuel Tavares Martins
- Diamantino Gomes de Oliveira

--- A Srª Presidente da Mesa informou que a Lista apresentada pela bancada do PSD será denominada por lista A e a lista apresentada pela bancada do PS será denominada por lista B e a votação será feita por escrutínio secreto devendo ser mencionado a lista A e a lista B.

Seguiu-se a votação por escrutínio secreto tendo a lista A tido 11 votos e a lista B 12 votos.

Assim, foram designados, de entre os cidadãos eleitores de preferência com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, para integrar a Comissão Alargada da CPCJ Mação, conforme alínea I), artigo 17º, da Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, os seguinte 4 cidadãos, constantes da lista B:

- Abílio de Matos Diogo
- Célia Mendes Rodrigues
- António Manuel Tavares Martins
- Diamantino Gomes de Oliveira

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- E nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vais ser assinada na forma legal. -----